

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

**PROCESSO Nº. 120/2010.**  
**PREGÃO PRESENCIAL 067/2010.**

**TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.**

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, com endereço á Rua Capitão Luiz Sette, 127, Centro, Santa Cruz do Escalvado/MG, CEP: 35.384.000, CNPJ: 18.316.273/0001-05, isento de inscrição estadual, mediante solicitação da Secretaria Municipal de Educação através da Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público que, no local, data e horário abaixo indicado, realizará a abertura do Processo Licitatório nº. 120/2010, na modalidade Pregão Presencial nº. 067/2010, do Tipo Menor Preço. Será processada e julgada em conformidade com a Lei nº 10520/02 e, subsidiariamente, com a Lei nº 8.666/93, com as modificações introduzidas por leis posteriores, e conforme demais condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

O Pregão será realizado pela Pregoeira Genilda Bozzi Sette, tendo como equipe de Apoio os servidores: Rosilene de Oliveira Carvalho, Renata Aparecida Nazareno e José Celso de Paula Lana Júnior, nomeados pelo Decreto nº. 1021/2010.

**LOCAL PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, situada a Rua Capitão Luiz Sette, 127, Centro, Santa Cruz do Escalvado – Minas Gerais.  
**DATA: 14/01/2011.**  
**HORÁRIO: 09h00min.**

**I – Disposições Preliminares**

1.1 – A presente licitação é regida pela Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 8.666, de 21 junho de 1.993, atualizada pelas Leis Federais nº 8.883, de 8 de junho de 1994, de nº 9.032, de 28 de abril de 1995, de nº 9.648, de 27 de maio de 1998 e de nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e autorizada pelo Decreto Municipal nº. 768/2008.

1.2 - Integra este edital:

Anexo I (Objeto).

Anexo II (Proposta Comercial).

Anexo III (Modelo Procuração para credenciamento).

Anexo IV (Modelo de Declaração quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação).

Anexo V (Modelo Declaração quanto emprego de menores).

Anexo VI (Modelo de Declaração de que não possui impedimentos para licitar e contratar com a Administração Pública).

Anexo VII (Modelo de Declaração de ME ou EPP).

Anexo VIII (Minuta de contrato).

**II - OBJETO**

2.1 - Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento aos alunos das escolas municipais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

2.2 – Os produtos estão especificados no Anexo I, parte integrante deste edital.

**III - ENTREGA DO OBJETO**

3.1 - O setor competente para receber e fiscalizar o objeto é a Secretaria Municipal de Educação, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal nº. 8.666/93.

3.2 – O Município reserva-se o direito de não receber produtos em desacordo com especificações constantes no edital e anexos.

3.3 - Caberá à(s) empresa(s) adjudicatária(s), no caso de defeitos, imperfeições, acondicionamento e outros, substituir de imediato o(s) produto(s), às suas expensas, no prazo a ser determinado por este Município, sob pena de rescisão do contrato ou do termo equivalente e sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório, inclusive do disposto no § 2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

3.4 - O licitante adjudicado obriga-se a assinar o contrato respectivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua convocação, se assim for do interesse do Município.

3.5 - A entrega do objeto será PARCELADA, deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias após o recebimento da requisição.

3.6 - O local para entrega do objeto é na Rua Capitão Luiz Sette, 127, Centro, Santa Cruz do Escalvado/MG, de segunda a sexta feira, das 08h00min às 12h00min/ 13h00min às 16h00min horas.

3.7 - Na ocorrência de atrasos na entrega, o Município poderá aplicar as penalidades previstas neste instrumento convocatório.

3.7 – O Município de Santa Cruz do Escalvado reserva-se ao direito de solicitar que seja apresentada amostra do produto cotado, do licitante cuja proposta for considerada a mais vantajosa, a ser entregue no prazo impreritável de três dias, contados da solicitação. A devolução da amostra será feita somente depois da entrega dos produtos.

3.8 - É reservado ao Município o direito de verificar a qualidade e adequação dos produtos fornecidos, que deverão ser de primeira qualidade e estarem dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá o licitante vencedor por danos causados ao Município, oriundos de produtos que estejam condições inadequadas.

3.9 - A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas.

**IV – CONSULTAS AO EDITAL E ESCLARECIMENTOS**

4.1 - Cópia deste instrumento convocatório encontra-se disponível junto a Equipe de Apoio da Pregoeira do Município e também, permanecerá afixada no quadro de avisos localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado e no site: [www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br](http://www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br)

4.2 - Os pedidos de esclarecimentos acerca do edital deverão ser encaminhados ao telefone (31) 3883-1152 ou, ainda, no endereço constante do preâmbulo.

**V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

5.1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas no Título VII deste instrumento convocatório.

5.1.1 - Participarão da sessão do Pregão Presencial os representantes credenciados junto a Pregoeira, devendo o interessado, ou seu representante, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame (modelo do **Anexo III**).

5.1.2 - Participarão também as empresas que não se fizerem representar por procurador, desde que os envelopes sejam entregues ao Pregoeiro em tempo hábil.

5.2 - É condição de participação apresentar na sessão do Pregão Presencial declaração do licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (modelo do **Anexo IV**).

5.2.1 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

5.2.1.1 - suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

5.2.1.2 - em consórcio;

5.2.1.3 - com falência decretada.

5.2.2 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

5.3 - Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

5.4 - Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas

## VI - CREDENCIAMENTO

6.1 – O interessado ou seu procurador deverá apresentar-se, perante a Pregoeira, para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar deste procedimento licitatório, **inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais**.

6.2 – Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos no Edital, por sua representada.

6.3 – Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) **tratando-se de representante legal**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, na qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura (ato constitutivo original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente);
- b) **tratando-se de procurador**, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, na qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, a procuração (Anexo III) por instrumento público **ou particular com reconhecimento de firma do outorgante**, NA QUAL CONSTEM PODERES ESPECÍFICOS PARA FORMULAR LANCES VERBAIS, negociar preço interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

“a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga (ato constitutivo original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente);

6.3.1 – Em se tratando de microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP a comprovação desta condição será efetuada mediante declaração do licitante (conforme modelo do Anexo VII) que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme artigo 3º. da Lei Complementar nº. 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse de usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei citada.

6.3.2 - **O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.**

6.3.3 – O licitante que prestar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

6.4 – Caso não haja apresentação, ou ainda a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

6.5 – O representante poderá ser substituído a qualquer momento por outro devidamente credenciado.

6.6 – Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

6.7 – O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto à Pregoeira implica a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

6.8 - O credenciado deverá apresentar declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002 (modelo Anexo IV).

6.9 - **Os documentos exigidos para a realização do credenciamento e a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação devem estar fora dos envelopes da habilitação e da proposta de preço.**

6.10 – **As empresas que encaminharem a documentação sem representante credenciado, deverão apresentar a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação fora dos envelopes da habilitação e da proposta de preço.**

**VII - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

7.1 - Os documentos de habilitação e a proposta comercial deverão ser entregues a Pregoeira na abertura da sessão pública, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa as seguintes informações:

<p><b>A PREGOEIRA PREFEITURA MUNICIPAL SANTA CRUZ DO ESCALVALDO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 120/2010. PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2010. “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO</b></p>
---

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

**A PREGOEIRA PREFEITURA MUNICIPAL SANTA CRUZ DO ESCALVADO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 120/2010.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2010.  
“PROPOSTA COMERCIAL”  
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO**

**VIII - PROPOSTA COMERCIAL**

8.1 - A proposta comercial poderá ser apresentada conforme **Planilha/Proposta Comercial, Anexo II**, com todas as informações ali previstas, em uma via, com identificação da empresa licitante, nº do CNPJ, endereço, número de telefone e fax e assinada pelo seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, em que conste:

8.1.1- descrição do objeto licitado, sendo especificado de maneira clara, completa e minuciosa, incluindo marca e modelo;

8.1.2 - indicação do preço unitário, preço total;

8.1.3 - a Proposta Comercial deverá referir-se à integralidade do objeto, não se admitindo propostas para a execução parcial, salvo em caso de licitação por item.

8.1.4 - Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas, de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão. (**Anexo II**).

8.1.5 - Declaração expressa de que toda a especificação do objeto licitado foi aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial (**Anexo II**).

8.2- Todas as condições previstas neste Edital e na descrição do objeto deverão ser observadas.

8.3- No preço deverão estar computados todos os custos diretos e indiretos, tributos, despesas fiscais, transporte, frete, ônus previdenciários e trabalhistas, seguro, demais encargos e acessórios, bem como a entrega do objeto na Prefeitura Municipal ou outro local que a Prefeitura indicar, dentro dos limites do Município (**Anexo II**).

8.4 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública do Pregão.

**IX - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

9.1 - O licitante que ofertar o menor preço por item deverá apresentar a documentação abaixo relacionada:

9.1.1 - registro comercial, no caso de empresa individual;

9.1.2 - ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

9.1.3 - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

9.1.4 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.1.5 – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.1.6 – prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

9.1.7 – prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

- 9.1.8 - prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- 9.1.9 - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 9.1.10 - prova de regularidade relativa à Seguridade Social - Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, emitida pelo órgão competente;
- 9.1.11 - declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante (modelo **Anexo V**);
- 9.1.12 - Declaração de que não possui impedimentos para licitar e contratar com a Administração Pública (modelo Anexo VI).
- 9.1.13 - Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da Comarca onde se situa a sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, 60 (sessenta) dias antes da data fixada para entrega das propostas.
- 9.2 - Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor ou pelo edital, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias até a data de sua apresentação, exceto eventuais atestados de capacidade técnica, conforme o caso.

**X – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

- 10.1 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela *internet*, com vigência plena até a data fixada para abertura do Pregão.
- 10.2 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados a Pregoeira ou à Equipe de Apoio para autenticação, na Sessão do Pregão. **(A Comissão somente autenticará documentos com vistas aos documentos originais, não autenticará documentos com vistas de cópias autenticadas por cartório).**
- 10.3 - Os documentos de habilitação não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.
- 10.4 - Os documentos extraídos pela internet terão sua autenticidade certificada junto aos “sites” dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 10.5 - Os documentos apresentados e aceitos na fase do credenciamento, novamente solicitados na habilitação jurídica, poderão ser aproveitados pela Pregoeira e pela equipe de apoio, não sendo necessária a apresentação no envelope “documentação”.
- 10.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante com número do CNPJ e endereço respectivo:
- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,
  - b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.
- 10.6.1 - Poderá a licitante, se filial, apresentar aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.7 - A microempresa - ME e empresa de pequeno porte – EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

10.8 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de negativa.

10.9 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira.

10.10 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos dois dias úteis inicialmente concedidos.

10.10.1 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.11 - Se a documentação de habilitação não estiver completa ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira, considerará a licitante inabilitada.

## **XI - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO**

11.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes ou recebimento dos envelopes das empresas licitantes, a Pregoeira declarará aberta à sessão do Pregão, não mais aceitando novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Documentação de Habilitação.

### **11.2 - Classificação das Propostas Comerciais:**

11.2.1 - Abertos os envelopes das Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo;

11.2.2 - A Pregoeira classificará a proposta de menor preço global e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço global, para que seus autores participem dos lances verbais;

11.2.3 - Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

11.2.4 – Será desclassificada a proposta que:

11.2.4.1 – não se refira à integralidade do objeto;

11.2.4.2 - apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do art. 44 e inciso I e II do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93;

11.2.4.3 – não atenda às exigências do instrumento convocatório ou aquelas estabelecidas em diligências.

### **11.3 - Lances Verbais**

11.3.1 - Aos licitantes classificados será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS**

11.3.2 - Se duas ou mais propostas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

11.3.3 - Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pela Pregoeira.

11.3.4 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

**11.4 – Das condições especiais para microempresas e empresas de pequeno porte**

11.4.1 – Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44 § 2º da Lei Complementar 123/06.

11.4.2 – Ocorrendo o empate, e comprovada a condição de ME ou EPP, na fase de credenciamento dos licitantes, proceder-se-à da seguinte forma:

11.4.2.1 – A ME ou EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, e após solicitado pela Pregoeira, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

11.4.2.2 – Apresentado o novo lance pela ME ou EPP, nos termos do subitem anterior, e atendidas as exigências habilitatórias, o objeto do certame será adjudicado em seu favor.

11.4.2.3 – Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas demais ME e EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 10.4.1, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

11.4.2.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela ME ou EPP que se encontrem neste limite será realizado sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar novo lance.

11.4.3 – Na hipótese da não contratação de ME ou EPP, o objeto licitado será adjudicado à licitante detentora da proposta originalmente vencedora da etapa de lances.

11.4.4 – Será declarada vencedor do certame o licitante que, ao final da etapa de lances, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei complementar nº. 123/2006, ofertar o menor preço.

**11.4 - Julgamento**

11.4.1 - O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

11.4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, quanto às amostras, se houver sido solicitadas, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito.

11.4.2.1- Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

11.4.2.2- Se houver apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

11.4.3 - Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, e, assim,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO MINAS GERAIS

sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto licitado.

11.4.4 - Sendo aceitável a oferta de menor preço por item, será aberto o envelope a Documentação de Habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

11.4.5 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, a Pregoeira poderá negociar com o proponente para que seja obtido melhor preço.

11.5 - A Pregoeira, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

11.6 - Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no edital, ausente a manifestação de recorrer, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto licitado.

11.7 - Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitante presentes.

11.8 - Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes, exceto aos vencedores, os envelopes relativos Documentação de Habilitação.

11.9 - Alterado o valor da proposta escrita em virtude de lances verbais formulados o novo valor constará na ata e no mapa analítico de apuração que serão assinados por todos os presentes, substituindo a proposta primitiva e fará parte integrante do ajuste.

### **XII – DO PRAZO**

12.1 – O presente contrato terá início imediatamente após a assinatura e terminará em 31 de dezembro de 2011.

### **XIII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 – A dotação orçamentária específica, destinada a acobertar as despesas decorrentes da presente licitação ocorrerá por conta de dotação específica do orçamento vigente.

### **XIV – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

14.1 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou licitante, por escrito no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, devendo ser encaminhada a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal.

14.1.1 - Caberá a Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

14.1.2 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório e havendo necessidade de modificação do edital, será dada publicidade a esta alteração, sendo designada nova data para a realização do certame.

### **XV – DOS RECURSOS**

15.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO MINAS GERAIS

licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2 - O licitante poderá apresentar as razões do recurso na sessão do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias úteis contados da sessão, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.

15.4 - Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio da Pregoeira que, reconsiderando ou não sua decisão, o fará subir devidamente informado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.5 - Os recursos e impugnações serão apreciados no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

15.6 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7 - Os recursos e impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, **sob pena de não serem conhecidos:**

a) ser **dirigido ao Prefeito Municipal**, no **prazo de 3 (três) dias úteis**, conforme estabelecido no item 2 deste Título;

b) ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo **representante legal ou credenciado** do licitante, **devidamente comprovado**.

c) ser protocolizado no Protocolo da Prefeitura Municipal, junto à CPL.

15.8 - A decisão acerca de recurso interposto será comunicada a todos os licitantes por meio de publicação no quadro de avisos no prédio da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado.

15.9 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

15.10 - O Município de Santa Cruz do Escalvado não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal pela Comissão Permanente de Licitação.

### **XVI - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1 - Inexistindo manifestação recursal a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo **ao Prefeito Municipal homologar o procedimento licitatório**.

16.2 - **Havendo recurso, caberá ao Prefeito Municipal julgar sua admissibilidade e mérito, adjudicar o objeto e homologar a licitação e assinar o contrato.**

### **XVII – DA ALTERAÇÃO DE PREÇO**

**17.1** – É expressamente vedada a concessão de reajuste de preços, exceto para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

a) nos casos de aumento ou diminuição de incidência tributária sobre o objeto, caso em que o preço citado poderá sofrer variação, para mais ou para menos, na mesma proporção, a fatura deverá ser emitida em consonância com o preço praticado, por essas circunstâncias;

b) nos casos de aumento ou de redução de preços autorizado pelo Governo Federal, relativamente ao objeto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

17.2 – A parte contratada que busca a alteração deverá demonstrar, por escrito e fundamentadamente, por meio de documentação hábil, o desequilíbrio econômico-financeiro em que se fundar o pedido, obrigando-se, ainda, a comunicar a outra com antecedência devida para a formalização do devido termo aditivo.

17.3 – Durante o período em que o pedido de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estiver sendo analisado pela Administração, não poderá haver interrupção ou suspensão do fornecimento ou prestação dos serviços.

**XVIII – PROCEDIMENTOS DE PAGAMENTO**

18.1 - O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura do fornecimento, devidamente acompanhada das respectivas requisições e comprovantes de cumprimento do objeto.

18.1.1 - Os pagamentos serão executados observados os procedimentos indicados no Anexo V - Minuta de Contrato, cujo teor fica fazendo parte integrante deste edital.

18.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

**XIX - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1 - O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do Município de Santa Cruz do Escalvado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no e demais cominações legais.

19.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

19.2.1 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor do Contrato, por ocorrência.

19.2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual.

19.2.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

19.3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Contratada por meio de guia própria emitida pela Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

19.4 - As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**XX – DO CONTRATO E DE SUAS ALTERAÇÕES**

**20.1 – O contrato será regido pela Lei 8666 de 1993, podendo ser alterado nas hipóteses legais.**

20.2 - Obriga-se o CONTRATADO a aceitar, nas mesmas condições contratuais,

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

acréscimos e supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato (art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93).

**XXI - DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

22.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do Pregão.

22.3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

22.4 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

22.5 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se tratar dos envelopes de licitantes desqualificados e envelopes de Documentação de Habilitação de licitantes cujas propostas tenham sido desclassificadas.

22.6 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

22.7 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

22.8 – Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do Pregão, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

22.9 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

22.9.1 - Documentos solicitados em diligências deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório.

22.9.2 - O não cumprimento de diligências poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante.

22.10 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

22.10.1 – A Prefeitura Municipal poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

22.11 - Para atender a seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

22.12 - Após a homologação da licitação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato.

22.13 - Caso o licitante vencedor se recuse a assinar o contrato, será convocado outro licitante, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo, sujeitando-se o licitante desistente às sanções administrativas descritas neste Edital.

22.14 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.

22.15 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal.

22.16 - Os casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei 10.520/2002, Decreto municipal nº 678/2008, e Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

22.17 - Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Santa Cruz do Escalvado, 30 de dezembro de 2010.

Genilda Bozzi Sette  
Pregoeira

Equipe de Apoio:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

ANEXO I

Item	Qtd/unid	Descrição
01	300 kg	Pão Doce para Cachorro Quente, fresco, com farinha de trigo especial.
02	200 kg	Pão francês fresco, com farinha de trigo especial
03	20 kg	Fermento biológico fresco.
04	1500 pct	Biscoito doce, tipo maisena ou Maria, pct de 200 g
05	300 pct	Biscoito tipo Água e Sal ou Cream craker, pct 200g.
06	300 pct	Rosquinha tipo Mabel, sabor nata, coco ou chocolate, pct com 2 kg.
07	1100 kg	Carne bovina, acém congelado, limpo, livre de ossos, aponeuroses, fâscias musculares, tendões, sebo, água ou concentrado protéico injetado, moída
08	300 kg	Costelinha de porco, em pedaços miúdos, livre de gorduras e sebo
09	1500 kg	Frango (coxa e sobrecoxa), congelado, em perfeito estado higiênico-sanitário, livre de misturas, de água adicionada à embalagem.
10	600 kg	Lingüiça suína congelada, sem excesso de gordura e sebo, sem pimenta.
11	800 kg	Músculo traseiro bovino congelado, limpo de ossos, aponeuroses, fâscias musculares, tendões, sebo, água ou concentrado protéico injetado
12	800 kg	Pernil suíno, congelado, limpo, livre de ossos, aponeuroses, fâscias musculares, tendões, sebo, água ou concentrado protéico injetado.
13	50 kg	Apresentado sem capa de gordura de boa procedência, com rótulo, resfriado e fatiado.
14	60 kg	Queijo tipo mussarela, com rótulo, resfriado e fatiado
15	1600 unid.	Achocolatado em pó para preparo de bebida láctea enriquecida c/ vitaminas e minerais, embalagem 400 g.
16	3800 pct	Leite em pó pasteurizado tipo C sem adição de açúcar ou outros componentes, pct de 400g.
17	450 pct	Açúcar cristal branca, sem sujidades ou misturas, pct de 5 kg.
18	10 unid	Adoçante líquido à base de aspartame e ciclamato de sódio, embalagem de 100 ml
19	120 unid	Amido de milho, embalagem 500 g.
20	1400 pct	Arroz branco tipo 1, agulhinha, beneficiado, polido, longo fino, embalagem transparente livre de sujidades, pct de 5 kg.
21	40 unid	Batata palha, pct de 500 g
22	400 pct	Canjiquinha de milho com grãos firmes, amarelos, livre de sujidades e corantes, ct de 500 g
23	1000 unid	Extrato de tomate super concentrado, pasteurizado em latas de 340 g.
24	200 kg	Farinha de mandioca torrada, subgrupo fina, livre de sujidades pct de 1 kg.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

25	400 pct	Farinha de milho crua amarela, livre de sujidades, pct de 500 g.
26	100 kg	Farinha de trigo especial tipo 1, sem fermento, pct de 1 kg
27	120 pct	Milho para pipoca tipo 1 – pct 500 g.
28	1500 kg	Feijão cariquinho, in natura, limpo, seco, em perfeito estado de maturação, grãos inteiros, livre de elementos estranhos ao grão adicionados a embalagem.
29	200 kg	Feijão preto, in natura, limpo e seco, em perfeito estado de maturação, grãos inteiros, livre de elementos estranhos ao grão adicionados a embalagem.
30	105 unid	Fermento em pó químico – lata de 100 g.
31	200 kg	Fubá de milho mimoso, livre de sujidades e misturas, pct de 1 kg.
32	30 unid	Louro em folha desidratado, pct de 30 g.
33	400 kg	Macarrão espaguete nº. 8, massa seca com ovos – pct de 1 kg.
34	300 pct	Macarrão massa cortada tipo pene, massa seca com ovos – pct de 500 g.
35	250 kg	Macarrão tipo parafuso, massa seca com ovos, pct de 500 g.
36	100 potes	Manteiga de leite pasteurizado, de primeira qualidade – pote de 500 g.
37	300 pct	Milho canjica branca, tipo 1, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades e outros componentes, pct de 500 g.
38	1600 garrafas	Óleo de soja, isento de misturas de outros óleos, água, ou outras matérias estranhas ao produto, ausência de sujidades, larvas ou parasitas, 900 ml.
39	300 unid	Orégano desidratado , pct de 3 g
40	800 unid	Pó de café torrado tipo 1, sem sujidades e misturas (selo de pureza ABIC) pct de 500 g.
41	70 kg	Polvilho azedo tipo 1, sem acréscimo de outros ingredientes, pct de 1kg.
42	50 kg	Polvilho doce tipo 1, sem acréscimo de outros ingredientes, pct de 1 kg.
43	150 kg	Proteína texturizada de soja tipo moída, pct de 1 kg.
44	400 kg	Sal iodado refinado tipo 1, sem sujidades e outras substâncias, pct de 1 kg.
45	500 garrafas	Suco polpa concentrado de <b>caju</b> pasteurizado com rendimento de 5 litros, garrafas de 500 ml.
46	300 garrafas	Suco polpa concentrado de <b>goiaba</b> com rendimento de 5 litros, garrafa de 500 ml.
47	400 garrafas	Suco polpa concentrada de <b>maracujá</b> pasteurizado com rendimento de 5 litros – garrafas de 500 ml.
48	50 garrafas	Vinagre de vinho branco, garrafa de 750 ml.
49	150 pct	Côco ralado úmido extra sem adição de açúcar, pct de 100 g.
50	200 unid	Colorau ou urucum pct 30 g.
51	50 unid	Abacaxi íntegro, maduro, sem feridas in natura
52	200 kg	Abobrinha italiana, em perfeito estado de maturação
53	300 kg	Alho cabeça roxo
54	100 pct	Amendoim descascado, selecionado, embalado pct de 500g.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

55	200 kg	Banana prata (de vez, mais amarela que verde) em pencas.
56	600 kg	Batata inglesa lavada, grupo barak ou monalisa, firme, inteira, sem brotos.
57	150 kg	Beterraba firme, inteira e uniforme
58	500 kg	Cebola branca, classe 3, lisa, firme, em perfeito estado de maturação.
59	200 kg	Cenoura vermelha, lisa, firme grupo Nantes ou Brasília, classe 14 ou 18, categoria I, tamanho médio
60	150 kg	Chuchu extra liso, firme, em perfeito estado de maturação
61	100 kg	Inhame tipo dedo , livre de terra, em perfeito estado de maturação
62	200 kg	Laranja pêra rio em bom estado de conservação, sem mofo ou fermentação, odor estranho de qualquer natureza.
63	150 kg	Maça nacional, em bom estado de conservação e maturação, sem grande variação de tamanho, sem mofo, sem odor estranho de qualquer natureza.
64	100 kg	Mandioca extra, livre de terra em excesso, sem mofo ou sujidades.
65	200 kg	Melancia tipo japonesa, globular, de superfície uniforme, tamanho médio, em bom estado de conservação e maturação, sem mofo ou fermentação.
66	700 kg	Moranga casca verde, sem deformidades, em perfeito estado de maturação.
67	200 dúzias	Ovo branco de galinha tipo B (entre 55 e 60 g) com cascas limpas e íntegras, de acordo com o padrão da Associação Brasileira de Avicultores.
68	40 kg	Pimentão verde íntegro, sem mofo, estragos e folha.
69	200 kg	Quiabo extra, verde, sem mofo e estragos.
70	300 kg	Repolho branco, sem folhas, sujidades, mofo, bom estado de maturação.
71	700 kg	Tomate Débora, de vez, sem podres ou mofos.
72	100 kg	Vagem, verde, sem estragos, mofos ou folhas.
73	500 molhos	Verduras de folha diversas: alface, couve, mostarda, almeirão, salsinha e cebolinha.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

ANEXO II

PROCESSO Nº. 120/2010.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2010.

Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Data: 14 de janeiro de 2011.

Horário: 09h00min (nove horas)

Local: Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado

PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO / PROPOSTA

Item	Qtd/unid	Descrição	Marca	P. Unit	P.total
01	300 kg	Pão Doce para Cachorro Quente, fresco, com farinha de trigo especial.			
02	200 kg	Pão francês fresco, com farinha de trigo especial			
03	20 kg	Fermento biológico fresco.			
04	1500 pct	Biscoito doce, tipo maisena ou Maria, pct de 200 g			
05	300 pct	Biscoito tipo Água e Sal ou Cream craker, pct 200g.			
06	300 pct	Rosquinha tipo Mabel, sabor nata, coco ou chocolate, pct com 2 kg.			
07	1100 kg	Carne bovina, acém congelado, limpo, livre de ossos, aponeuroses, fâscias musculares, tendões, sebo, água ou concentrado protéico injetado, moída			
08	300 kg	Costelinha de porco, em pedaços miúdos, livre de gorduras e sebo			
09	1500 kg	Frango (coxa e sobrecoxa), congelado, em perfeito estado higiênico-sanitário, livre de misturas, de água adicionada à embalagem.			
10	600 kg	Lingüiça suína congelada, sem excesso de gordura e sebo, sem pimenta.			
11	800 kg	Músculo traseiro bovino congelado, limpo de ossos, aponeuroses, fâscias musculares, tendões, sebo, água ou concentrado protéico injetado			
12	800 kg	Pernil suíno, congelado, limpo, livre de ossos, aponeuroses, fâscias musculares, tendões, sebo, água ou concentrado protéico injetado.			
13	50 kg	Apresuntado sem capa de gordura de boa			

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

		procedência, com rótulo, resfriado e fatiado.			
14	60 kg	Queijo tipo mussarela, com rótulo, resfriado e fatiado			
15	1600 unid.	Achocolatado em pó para preparo de bebida láctea enriquecida c/ vitaminas e minerais, embalagem 400 g.			
16	3800 pct	Leite em pó pasteurizado tipo C sem adição de açúcar ou outros componentes, pct de 400g.			
17	450 pct	Açúcar cristal branca, sem sujidades ou misturas, pct de 5 kg.			
18	10 unid	Adoçante líquido à base de aspartame e ciclamato de sódio, embalagem de 100 ml			
19	120 unid	Amido de milho, embalagem 500 g.			
20	1400 pct	Arroz branco tipo 1, agulhinha, beneficiado, polido, longo fino, embalagem transparente livre de sujidades, pct de 5 kg.			
21	40 unid	Batata palha, pct de 500 g			
22	400 pct	Canjiquinha de milho com grãos firmes, amarelos, livre de sujidades e corantes, ct de 500 g			
23	1000 unid	Extrato de tomate super concentrado, pasteurizado em latas de 340 g.			
24	200 kg	Farinha de mandioca torrada, subgrupo fina, livre de sujidades pct de 1 kg.			
25	400 pct	Farinha de milho crua amarela, livre de sujidades, pct de 500 g.			
26	100 kg	Farinha de trigo especial tipo 1, sem fermento, pct de 1 kg			
27	120 pct	Milho para pipoca tipo 1 – pct 500 g.			
28	1500 kg	Feijão carioquinha, in natura, limpo, seco, em perfeito estado de maturação, grãos inteiros, livre de elementos estranhos ao grão adicionados a embalagem.			
29	200 kg	Feijão preto, in natura, limpo e seco, em perfeito estado de maturação, grãos inteiros, livre de elementos estranhos ao grão adicionados a embalagem.			
30	105 unid	Fermento em pó químico – lata de 100 g.			
31	200 kg	Fubá de milho mimoso, livre de sujidades e misturas, pct de 1 kg.			
32	30 unid	Louro em folha desidratado, pct de 30 g.			
33	400 kg	Macarrão espaguete nº. 8, massa seca com ovos – pct de 1 kg.			
34	300 pct	Macarrão massa cortada tipo pene, massa seca com ovos – pct de 500 g.			

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

35	250 kg	Macarrão tipo parafuso, massa seca com ovos, pct de 500 g.			
36	100 potes	Manteiga de leite pasteurizado, de primeira qualidade – pote de 500 g.			
37	300 pct	Milho canjica branca, tipo 1, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades e outros componentes, pct de 500 g.			
38	1600 garrafas	Óleo de soja, isento de misturas de outros óleos, água, ou outras matérias estranhas ao produto, ausência de sujidades, larvas ou parasitas, 900 ml.			
39	300 unid	Orégano desidratado , pct de 3 g			
40	800 unid	Pó de café torrado tipo 1, sem sujidades e misturas (selo de pureza ABIC) pct de 500 g.			
41	70 kg	Polvilho azedo tipo 1, sem acréscimo de outros ingredientes, pct de 1kg.			
42	50 kg	Polvilho doce tipo 1, sem acréscimo de outros ingredientes, pct de 1 kg.			
43	150 kg	Proteína texturizada de soja tipo moída, pct de 1 kg.			
44	400 kg	Sal iodado refinado tipo 1, sem sujidades e outras substâncias, pct de 1 kg.			
45	500 garrafas	Suco polpa concentrado de <b>caju</b> pasteurizado com rendimento de 5 litros, garrafas de 500 ml.			
46	300 garrafas	Suco polpa concentrado de <b>goiaba</b> com rendimento de 5 litros, garrafa de 500 ml.			
47	400 garrafas	Suco polpa concentrada de <b>maracujá</b> pasteurizado com rendimento de 5 litros – garrafas de 500 ml.			
48	50 garrafas	Vinagre de vinho branco, garrafa de 750 ml.			
49	150 pct	Côco ralado úmido extra sem adição de açúcar, pct de 100 g.			
50	200 unid	Colorau ou urucum pct 30 g.			
51	50 unid	Abacaxi íntegro, maduro, sem feridas in natura			
52	200 kg	Abobrinha italiana, em perfeito estado de maturação			
53	300 kg	Alho cabeça roxo			
54	100 pct	Amendoim descascado, selecionado, embalado pct de 500g.			
55	200 kg	Banana prata (de vez, mais amarela que verde) em pencas.			
56	600 kg	Batata inglesa lavada, grupo barak ou monalisa, firme, inteira, sem brotos.			
57	150 kg	Beterraba firme, inteira e uniforme			

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS**

58	500 kg	Cebola branca, classe 3, lisa, firme, em perfeito estado de maturação.			
59	200 kg	Cenoura vermelha, lisa, firme grupo Nantes ou Brasília, classe 14 ou 18, categoria I, tamanho médio			
60	150 kg	Chuchu extra liso, firme, em perfeito estado de maturação			
61	100 kg	Inhame tipo dedo , livre de terra, em perfeito estado de maturação			
62	200 kg	Laranja pêra rio em bom estado de conservação, sem mofo ou fermentação, odor estranho de qualquer natureza.			
63	150 kg	Maça nacional, em bom estado de conservação e maturação, sem grande variação de tamanho, sem mofo, sem odor estranho de qualquer natureza			
64	100 kg	Mandioca extra, livre de terra em excesso, sem mofo ou sujidades.			
65	200 kg	Melancia tipo japonesa, globular, de superfície uniforme, tamanho médio, em bom estado de conservação e maturação, sem mofo ou fermentação.			
66	700 kg	Moranga casca verde, sem deformidades, em perfeito estado de maturação.			
67	200 dúzias	Ovo branco de galinha tipo B (entre 55 e 60 g) com cascas limpas e íntegras, de acordo com o padrão da Associação Brasileira de Avicultores.			
68	40 kg	Pimentão verde íntegro, sem mofo, estragos e folha.			
69	200 kg	Quiabo extra, verde, sem mofo e estragos.			
70	300 kg	Repolho branco, sem folhas, sujidades, mofo, bom estado de maturação.			
71	700 kg	Tomate Débora, de vez, sem podres ou mofos.			
72	100 kg	Vagem, verde, sem estragos, mofos ou folhas.			
73	500 molhos	Verduras de folha diversas: alface, couve, mostarda, almeirão, salsinha e cebolinha			

**Na oportunidade, declaramos que estão incluídas, nos preços cotados, todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.**

**Declaramos que aceitamos toda a especificação do objeto licitado.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:		
ENDEREÇO:		
CEP:	FONE:	FAX:
E-MAIL:	CNPJ nº	DATA:
NOME DO RESPONSÁVEL:		CARGO NA EMPRESA:
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:		

**Carimbo**

**CNPJ:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

**ANEXO III - MODELO DE PROCURAÇÃO**

....., inscrita no CNPJ sob o n°. ...., sediada na ....., neste ato representada pelo (a) Sr(a) ....., residente e domiciliado na ..... portador do documento de identidade n°. ...., expedido pela ....., inscrito no CPF sob o n°....., detentor de amplos poderes para nomeação de representante para substituí-lo em procedimentos licitatórios, confere-os a ....., com o fim específico de representar a outorgante perante a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, no Processo licitatório n°. 120/2010, Pregão Presencial n°. 067/2010, podendo assim retirar editais propor seu credenciamento, formular lances verbais em nome da representada, assinar e apresentar proposta e ainda assinar atas, firmar compromissos, enfim, praticar todos os atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

..... de ..... de 2011.

.....  
**Outorgante (reconhecer firma)**

Carimbo CNPJ:

## **ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE, inscrita no CNPJ sob o número....., com sede à Rua ..... n°. ...., Bairro: ....., na cidade de ....., Estado de ....., CEP....., por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, com base nos termos do art, 4º, inciso VII, da Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, sob pena de responsabilização nos termos da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participação no presente procedimento licitatório nº. 120/2010 – modalidade pregão presencial nº. 067/2010.

Cidade, ..... de .....de 2011.

Assinatura do representante legal da empresa

---

Nome legível do representante legal da empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

**Proc. 120/2010.**

**Pregão Presencial 067/2010.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, **DECLARA, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

**(Observação:** em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI IMPEDIMENTOS P/LICITAR E CONTRATAR  
CO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

A empresa ....., com inscrição no CNPJ nº. ...., sediada na .....vem declarar sob as penas da Lei, que, até a presente data, não existem fatos supervenientes e impeditivos para sua participação no processo licitatório nº. 120/2010, da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado e que não pesa contra si declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

....., ..... de ..... 2011

.....  
Representante Legal (nome/ assinatura)  
CPF: .....

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME ou EPP**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2010.  
PREGÃO PRESENCIAL 067/2010.**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal Sr. (a) ....., portador do Documento de Identidade nº....., inscrito no CPF sob o nº..... DECLARA, sob as penas da Lei que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada Lei.

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documentos de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decaíra o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....  
(data)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS  
ANEXO VIII - M I N U T A DE CONTRATO

**CONTRATO DE FORNECIMENTO**

De um lado, o MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.316.273/0001-05, com sede á Rua Capitão Luiz Sette, 127, Centro, por seu Prefeito Municipal, o Sr. GILMAR DE PAULA LIMA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado MUNICIPIO, e de outro lado, -----, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. -----, com sede na -----, representado por -----, adiante denominado CONTRATADO, celebram o presente contrato de fornecimento, oriundo do Processo de Licitatório n.º 120/2010, Pregão 067/2010 nos termos da Lei n.º. 10.520 e da Lei n.º. 8666/93 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Aquisição de gêneros alimentícios para atendimento aos alunos das escolas municipais.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA**

O setor competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação será a Divisão de Educação, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal n.º. 8.666/93.

O Município reserva-se no direito de não receber os produtos em desacordo com especificações constantes no objeto deste instrumento convocatório.

Caberá à(s) empresa(s) adjudicatária(s), no caso de defeitos, imperfeições, acondicionamento e outros, substituir de imediato o(s) produto(s), às suas expensas, no prazo a ser determinado por este Município, sob pena de rescisão do contrato ou do termo equivalente e sem prejuízo das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório, inclusive do disposto no § 2º do art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

O licitante adjudicado obriga-se a assinar o contrato respectivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de sua convocação, se assim for do interesse do Município.

A entrega do objeto será PARCELADA, deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias após o recebimento da requisição.

O local para entrega do objeto é na Rua Capitão Luiz Sette, 127, Centro, Santa Cruz do Escalvado/MG, de segunda a sexta feira, das 08h00min às 12h00min/ 13h00min às 16h00min horas.

Na ocorrência de atrasos na entrega, o Município poderá aplicar as penalidades previstas neste instrumento convocatório.

O Município de Santa Cruz do Escalvado reserva-se ao direito de solicitar que seja apresentada amostra do produto cotado, do licitante cuja proposta for considerada a mais vantajosa, a ser entregue no prazo impreterível de três dias, contados da solicitação.

É reservado ao Município o direito de verificar a qualidade e adequação dos produtos fornecidos, que deverão ser de primeira qualidade e estarem dentro dos padrões de aceitabilidade. Comprovada a inferioridade, alteração ou inadequação de qualquer produto, responderá o licitante vencedor por danos causados ao Município, oriundos de produtos que estejam condições inadequadas.

A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

I – Compete ao CONTRATADO:

a) Promover a execução do objeto do presente contrato, de acordo com o Processo de Licitação n.º 120/2010.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO**  
**MINAS GERAIS**

b) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscal e comercial eventualmente resultante da execução do Contrato.

c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

II - Compete ao MUNICIPIO:

a) designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, podendo ainda contratar terceiros para assistir e subsidiar cumprimento desta obrigação.

b) executar, fielmente, o presente Contrato, de acordo com as Cláusulas avençadas e com as normas vigentes.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E PAGAMENTO**

O valor total deste Contrato é de R\$ ----- (-----).

§ 1º. O pagamento será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, em até 30 (trinta) dias, por processo legal, após a entrega dos produtos, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais.

A nota fiscal deverá ser emitida pela adjudicatária em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado, identificando qualquer divergência na nota fiscal, deverá devolvê-la à adjudicatária para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO**

A remuneração devida em razão da aquisição dos objetos desta licitação será à conta de recursos consignados na dotação orçamentária:

**CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇO**

É expressamente vedada a concessão de reajuste de preços, exceto para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato:

a) nos casos de aumento ou diminuição de incidência tributária sobre o objeto, caso em que o preço citado poderá sofrer variação, para mais ou para menos, na mesma proporção, a fatura deverá ser emitida em consonância com o preço praticado, por essas circunstâncias;

b) nos casos de aumento ou de redução de preços autorizado pelo Governo Federal, relativamente ao objeto.

A parte contratada que busca a alteração deverá demonstrar, por escrito e fundamentadamente, por meio de documentação hábil, o desequilíbrio econômico-financeiro em que se fundar o pedido, obrigando-se, ainda, a comunicar a outra com antecedência devida para a formalização do devido termo aditivo.

Durante o período em que o pedido de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro estiver sendo analisado pela Administração, não poderá haver interrupção ou suspensão do fornecimento ou prestação dos serviços.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO**

O Prazo para a entrega do objeto se iniciará imediatamente após a assinatura do contrato e terminará em 31 de dezembro de 2011.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

I – O presente contrato poderá ser rescindido pelos seguintes fundamentos:

a) não cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais;

b) cumprimento das obrigações contratuais em desconformidades com as cláusulas avençadas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ESCALVALDO  
MINAS GERAIS

- c) lentidão, atraso injustificado ou paralisação do fornecimento;
- d) decretação de falência do CONTRATADO;
- e) ocorrência de caso fortuito ou força maior.

II – A rescisão será:

- a) Determinada por ato unilateral do MUNICIPIO, nas hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/93.
- b) Por acordo das partes, reduzidas a termo com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) Judicial, nos termos previstos em lei.

**Parágrafo único:** Qualquer que seja o motivo invocado, a rescisão deverá ser fundamentada nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA - PENALIDADES**

O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro de Fornecedores do Município de Santa Cruz do Escalvado, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no e demais cominações legais.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

- a) - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculado sobre o valor do Contrato, por ocorrência.
- b) - 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual.
- c) - 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Contratada por meio de guia própria emitida pela Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas ou questão acerca do presente, as partes elegem o foro da Comarca de Ponte Nova-MG., renunciando aos demais, por mais privilegiados que sejam.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e validade, perante as testemunhas abaixo, para os fins de Direito.

Santa Cruz do Escalvado, ..... de ..... de 2011.

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratado

\_\_\_\_\_  
Assessora Jurídica

Testemunhas:

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_